

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

045.597.061-07

AS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL E SUA
IMPORTÂNCIA EM ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS
LINHA 1: GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

FLORIANÓPOLIS

2021

045.597.061-07

AS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL E SUA
IMPORTÂNCIA EM ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Pré-Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação – PPGInfo do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

FLORIANÓPOLIS

2021

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 OBJETIVOS	5
1.1.1 <i>Objetivos Gerais</i>	5
1.1.2 <i>Objetivos Específicos</i>	5
1.2 JUSTIFICATIVA	5
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
2.1 ICP-BRASIL	6
2.2 CERTIFICADO DIGITAL	6
2.3 VALIDADE JURÍDICA	7
3 METODOLOGIA.....	8
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	8
3.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	8
3.4 PROCEDIMENTO PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	9
3.5 Cronograma	9
REFERÊNCIAS	11

1 INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, ocorreu um aumento significativo na produção de documentos devido o desenvolvimento de diversas atividades governamentais e empresariais. Isso fez com que essas organizações criassem uma maneira de gerenciar a produção do mesmo, a fim de controlar e gerar melhores resultados.

O processo de Gestão de Documentos é uma solução com o intuito de administrar todas as fases de um registro. A ideia é simplificar o uso, tornando a tramitação e consulta mais simples e organizada.

Em 1991 foi sancionado a lei 8.159 que visa normatizar e consolidar a política nacional de arquivos públicos. O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) foi instituído também com objetivo de definir políticas sob gestão e proteção de arquivos documentais, seja público ou privado.

Com o passar do tempo, afim de melhorar o gerenciamento desses processos, as organizações vêm-se aderindo ao TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) que se refere a conjunto de tecnologias para automatiza-los.

Para Weert (1992), os diversos recursos da ciência da informática na sociedade constituem uma tecnologia que se chama tecnologia da informática. A aplicação dessas tecnologias arranjada com outras ciências, estabelece o surgimento de novas tecnologias.

O GED (Gestão Eletrônica de Documentos) é uma referência dentre essas tecnologias, pois trata-se de uma solução que tem como objetivo dar agilidade, gerar, controlar e compartilhar documentos, e é considerado uma tecnologia estratégica que otimiza o processo de tomada de decisão nas organizações. (BALDAM, VALLE E CAVALCANTI, 2002).

A definição para (WERLICH, 2007 p.17 apud CENADEM, 2007), afirma que os sistemas de Gerenciamento Eletrônicos de Documentos não são simplesmente sistemas de gerenciamento de arquivos, pois o mesmo implementa categorização de documentos, tabelas de temporalidade, ações de disposição e controla níveis de segurança.

Porém, ao mesmo tempo, com os documentos de forma eletrônica, surge-se a necessidade de dar autenticidade ao mesmo, para que se tenha a mesma validade de um documento em papel.

A certificação digital, é uma tecnologia que se constitui em normas, técnicas e elementos que atestam e asseguram como uma identidade digital, instituindo uma relação única, criando uma chave criptográfica intransferível entre uma pessoa física ou jurídica.

A autenticidade de documentos digitais no Brasil é utilizada através das chaves públicas – ICP que teve sua legislação aprovada em 2001 a MP220-2.

Na esfera judiciária brasileira, deu-se início aos atos processuais eletrônicos com a criação da lei 11.419/2006, para dar maior agilidade nos envios e atos processuais, toda via, qualquer documento com finalidade jurídica digital, deve atender os requisitos de confiabilidade e segurança, inclusive usando assinatura digital.

Nas empresas acima de um colaborador o uso do certificado digital passou a ser obrigatório em julho de 2018 com a Resolução CGSN nº 137. A certificação ficou indispensável devido aos procedimentos de emissão de nota fiscal e envios de informações ao e-Social.

Entretanto, no setor público, a gestão de documento pode não vim trazendo resultados eficientes como esperado, isso porque condições econômicas, políticas e a falta de colaboradores especializados na área, impendem de fato a organização de documentos de cunho público.

Os diversos documentos e grande volume de papeis nos órgãos públicos exige uma condução mais positiva, caso contrário, pode trazer prejuízos ao erário público, sem contar com a dificuldade de busca e tempo para encontrar um determinado arquivo.

Relacionando os possíveis resultados negativos na administração pública em relação a gestão de documentos, nota-se a necessidade de implantação e uso do certificado e assinatura digital, afim de tentar amenizar os possíveis prejuízos e diminuir o uso do papel impresso.

Como exemplo, em dezembro de 2016, a Câmara Municipal de Itapoá - SC regulamentou através da Resolução 14/2016 a assinatura digital no âmbito do poder legislativo municipal, afim de instrumentalizar os processos, trazendo autenticação e integridade, ocorrendo assim, transparência e democratização do processo legislativo.

Este trabalho pretende definir e solucionar as dificuldades que os municípios de Santa Catarina possuem em ajustar e implantar a assinatura digital, com o principal objetivo de diminuir o uso de papel impresso, dar transparência aos processos público e então desatar os problemas na gestão de documentos. O mesmo apresenta os seguintes questionamentos: **É possível diminuir o uso do papel com a implantação de sistemas de gerenciamento de documentos com assinatura digital? Quantos municípios do estado de Santa Catarina em suas esferas legislativas e executivas usam o certificado e assinatura digital? Quais os principais pontos positivos e negativos no uso do certificado digital? Quais as dificuldades de implantação nos municípios que não usam o certificado e assinatura digital?**

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivos Gerais

Deve-se detalhar através de depoimentos e pesquisas e, as principais dificuldades que órgãos da administração pública das cidades de Santa Catarina tem em inserir na gestão de documentos as assinaturas eletrônicas, e com esses dados, elaborar caminhos afim de facilitar a implantação do mesmo.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Avaliar e demonstrar a confiabilidade da assinatura digital, garantia de autenticidade, segurança e autoria dos processos e documentações.
- Conceitos para o funcionamento de certificados e assinaturas.
- Criar documentos de implantação, instalação e manuais com técnicas para assinatura digital em documentos digitais.

1.2 Justificativa

A justificativa de uma pesquisa científica é importante para esclarecer sobre a importância do tema, como essa pesquisa vai contribuir para a área de formação e qual sua relevância para a sociedade.

Sendo assim, espera-se que a justificativa fique bem claro o ponto que alcançará a pesquisa.

A justificativa destaca uma narrativa sucinta, porém completa, dos pontos a serem abordados (isto é, na pesquisa), levando em consideração o estágio atual da ciência, as suas divergências ou a contribuição que pretende dar ao pesquisar o problema. (OLIVEIRA, 2018)

Com isso, este trabalho compreende em definir e colher elementos sobre a certificação e assinatura digital, analisando a legislação vigente e conceitos jurídicos que garantem os princípios de autenticidade e integridade para a segurança dos dados e dos documentos digitais. Além disso, tem como proposta principal, conhecer a atual situação sobre o uso desta tecnologia nos poderes executivos e legislativos nos municípios do Estado de Santa Catarina.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para servir de base e aprofundamento do tema foi realizada consultas em leis e normas, além de cartilhas fornecidas no site do ITI - Instituto nacional de Tecnologia da informação em seu próprio site.

Alguns trabalhos acadêmicos e obras podem ser pesquisados na internet para as informações bibliográficas deste trabalho.

2.1 ICP-BRASIL

Com as transformações, o avanço da internet e o crescente número de informações e documentos digitais armazenados na internet, houve a necessidade de certifica-los, como forma de garantir a autenticidade e segurança.

Sendo assim, em 2001 criou-se uma autarquia responsável por manter a Infraestrutura de chaves públicas brasileira – ICP BRASIL;

Art. 1º Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras. (Brasil,2001)

2.2 Certificado Digital

O certificado digital é como se fosse um RG - Registro Geral ou um documento de identidade, só que de forma virtual.

Para (CARUSO E STEFFEN, 2006, p. 184) o certificado digital é uma técnica de criptografia de dados em geral, onde se permite que qualquer pessoa física ou jurídica se identifique corretamente. Ainda de acordo com (Silva, 2008 p. X) O certificado digital pode ser definido como um conjunto de técnicas e processo que garantem mais segurança às comunicações e transações eletrônicas, permitindo também o arquivamento seguro de documentos.

Podemos dizer, de forma genérica, que um certificado digital é a versão digital de um documento de identidade. Quando é necessário comprovar sua identidade, o certificado é

utilizado como forma de presença, por mostrar a chave privada que se relaciona com uma chave pública. (SILVA, 2008)

Neste Sentido, podemos afirmar que a assinatura digital é a forma mais segura para verificar uma atuação eletrônica, pois as chaves são embasadas em um sistema assimétrico, assim como explica CASAGRANDE (2011, p. 21) onde afirma que;

Chave é um valor numérico para cifrar e decifrar um texto. A segurança de um criptossistema pode então ser mensurado baseado no tamanho do espaço de chaves e no poder computacional atualmente disponível.

As chaves públicas, mais conhecidas com chaves assimétricas, é qualquer sistema que envolve pares de chaves, assim também, pode ser compartilhada e usada por qualquer pessoa, por isso o nome chave pública.

2.3 Validade Jurídica

Para ter validade legal, no Brasil foi editado a MP nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, onde cria infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), justamente para validar e dar autenticidade em assinaturas digitais. A partir dela foi concebido a autorização para novas Autoridades Certificadoras – AC.

As Autoridades Certificadoras são entidades que emitem os certificados digitais para empresas ou pessoas físicas afim de se identificarem na internet. E as autoridades de registros são a empresas que verificam as informações os requisitantes dos certificados fornecem.

Um documento é autentico, quando o mesmo não permite sua manipulação e falsificação enquanto estiver disponível na internet. Para isso são usadas tecnologias de criptografias e *hash*.

A criptografia é uma forma de ocultar as informações de um determinado dado, fazendo com que exista uma certa dificuldade para que terceiros acesse, tendo base que ele não possui permissão para tal.

O *hash* funciona como um algoritmo matemático, pois consegue transformar qualquer bloco de dados em uma série de caracteres bem extenso.

3 METODOLOGIA

A Metodologia científica pode ser entendido como um conjunto de etapas e instrumentos, onde o pesquisador alinha seu projeto de trabalho com critérios de caráter científico para abranger dados que alcançam ou não a teoria inicial (CIRIBELLI,2003). Sendo assim, este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia científica deste trabalho, buscando seus resultados.

3.1 Tipo de Pesquisa

A metodologia científica terá como objetivo uma pesquisa descritiva, pois, para (Barros e Lehfeld, 2007) na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. Ou seja, um processo descritivo visa identificar, registra e analisar características de um processo ou fenômeno. Ainda de acordo com (Perovano, 2014), esse tipo de pesquisa pode ser entendido como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes em uma empresa, sistema de produção ou produto.

Para isso serão utilizados procedimentos de pesquisa de campo com a abordagem qualitativa. Logo, seguindo o conceito de Richardson (1999 apud BEUREN e RAUPP, 2004, p.92);

Os estudos que empregam metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Neste sentido, a pesquisa será qualitativa, pois pretende entender através de entrevistas a real dificuldade em que a administração pública possui na implantação do certificado e assinatura digital, analisando por meio dessas respostas o problema a ser resolvido, os impasses de implantação e experiencias de cidades que já possui a certificação digital.

3.2 Administração Pública

Tendo como foco principal a administração pública dos municípios de Santa Catarina pré-selecionados, seja executivo ou legislativo, será apresentado uma breve introdução de cada órgão, com o foco sobre o funcionamento atual dos processos de gerenciamento de documentos.

3.4 Procedimento para coleta e análise dos dados

O procedimento deve ser dividido em três partes, a análise qualitativa através das entrevistas, os resultados apresentados e ao final do trabalho, entregar aos entrevistados novas ferramentas com instalação e manuais com técnicas para assinatura digital em documentos digitais. Para isso será feito uma análise de conteúdo, baseado nos estudos de BARDIN (1977), onde acredita que a análise de conteúdo é;

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção destas mensagens.

A análise qualitativa será com a entrevista de gestores e colaboradores do funcionalismo público de cada órgão que possui ou não o uso da certificação digital. A principal características desta entrevista é entender as implicações e dificuldades dos órgãos públicos que ainda não usam o certificado e assinatura digital, como também os resultados aplicados nos que já possuem o sistema implantado a algum tempo. O objetivo desta é, através da verificação dos entrevistados que participaram da análise, compreender a real dificuldade que a organização possui no gerenciamento de documentos e na implantação de um sistema eletrônico com assinatura digital, como também pesquisar órgãos que já implantaram o mesmo e incluir pontos negativos e positivos. Para isso, a entrevista será importante para a realização teste trabalho.

Os resultados serão organizados em tópicos, fazendo toda uma análise das entrevistas e informações sobre os dados colhidos em relação á gerenciamento de arquivos, arquivos digital, certificado e assinatura digital.

3.5 Cronograma

O cronograma tem como objetivo apresentar o planejamento e atividades a serem realizados durante o trabalho. O cronograma provisiona o tempo necessário para a realização das fases do mesmo, sendo que alguns podem ser executados de forma simultânea.

Quadro 1 - Cronograma

Atividades/etapa	Ano / Meses											
	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Levantamento bibliográfico e documental							x	x	x	x	x	x
Elaboração de instrumentos de coleta de dados	x	x	x									
Revisão bibliográfica e análise documental				x	x	x	x	x				
Realização de entrevistas ou aplicação de questionário							x	x	x	x		
Análise e interpretação de dados									x	x	x	
Organização e categorização de dados qualitativos										x	x	x
Redação e digitação preliminar	x	x	x	x								
Revisão da redação preliminar				x	x							
Entrega					x							
Apresentação/defesa						x	x					

Fonte: Autoria própria

REFERÊNCIAS

- BALDAM; VALLE; CAVALCANTI. **GED: gerenciamento eletrônico de documentos**. São Paulo: Érica, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, A. J. D. S.; LEHFELD, N. A. D. S. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BEUREN, I. M.; RAUPP, F. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. **como elaborar trabalhos Monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRASIL. **Planalto**, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2200.htm>. Acesso em: 14 Março 2021.
- BRASIL. LEI Nº 11.419, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11419.htm>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- CARUSO, C. A. A.; STEFFEN, F. D. **Segurança em Informática e de Informações**. 3ª. ed. São Paulo: SENAC, 2006. 183-189 p.
- CASAGRANDE, A. R. Certificação digital. **Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) –Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/392>>. Acesso em: 2021 Março 14.
- CIRIBELLI, M. C. **Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- NACIONAL, C. G. D. S. Resolução CGSN nº 137. Disponível em: <https://diariofiscal.com.br/ZpNbw3dk20XgIKXVGacL5NS8haIoH5PqbJKZaawfaDwCm/legislacaofederal/resolucao/2017_cgsn137.htm>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- OLIVEIRA, A. M. D. **Manual de TCC aplicado ao curso de direito**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.
- PEROVANO, D. G. **anual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Curitiba: Jaruá, 2014.
- SC, C. D. V. D. I.-. RESOLUÇÃO Nº 14/2016, 2016. Disponível em: <https://sapl.itapoa.sc.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2016/2026/2026_texto_integral.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- SILVA, L. G. C. D. E. A. **Certificação Digital –Conceitos e Aplicações**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2008.

WEERT, T. J. **Informatics and the Organization of Education**. 2. ed. [S.l.]: Education & Computing, v. 8, 1992.

WERLICH, F. O MERCADO DE GED E O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NAS EMPRESAS DE GED NO BRASIL. **Monografia (Bacharel) -Curso de Biblioteconomia, Universidade do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/0000000000006/000006F2.pdf>>. Acesso em: 14 Março 2021.